



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

As suspeitas sobre o abuso de competências, a baixa qualidade dos produtos e serviços e a violação da intenção legislativa nas concessões e adjudicações feitas pelos diversos serviços e organismos públicos da RAEM estão a ser alvo de atenção alargada do público e geram-se cada vez mais dúvidas. A cerne da questão não decorre totalmente pelo simples facto da insuficiência de conhecimentos sobre o Direito dos governantes, mas sim, talvez, pela falta de transparência do processo, pela não submissão à fiscalização do público e pelos longos efeitos do tráfico de influências que que teriam levado a que as concessões ou adjudicações fossem feitas a uma mesma empresa, tornando assim a colaboração de longo prazo numa cedência mútua e, infelizmente, em conluio entre governantes e empresários, ao ponto de ter desviado o sentido legislativo. Por isso, exorto mais uma vez ao Governo para afrontar os problemas existentes nas concessões e adjudicações, no sentido de as resolver, elevando o grau de transparência dos respectivos processos, através do melhoramento do sistema, bem como sugiro ainda que, enquanto não for criado o mecanismo de fiscalização que obriga a submissão à apreciação da Assembleia Legislativa os projectos cujas despesas ultrapassem determinado montante, se deve, quanto antes, adoptar medidas, no sentido de os serviços e organismos públicos publicitarem as



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

informações relativas às concessões e adjudicações realizadas e submeterem-nas à fiscalização do público.

No debate das Linhas de Acção Governativa que teve lugar no corrente ano, afirmou o Governo que a partir do próximo ano todos os serviços e organismos públicos da área dos transportes e obras públicas irão colocar as informações relativas à aquisição de serviços superiores a um milhão de patacas e à adjudicação de obras superiores a dez milhões de patacas nas suas páginas electrónicas. Porém, não se regista qualquer eco por parte dos serviços e organismos públicos das restantes áreas de governação.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1) Porquê é que todos os serviços e organismos públicos das áreas da Administração e Função Pública, da Economia e Finanças, da Segurança e dos Assuntos Sociais e Cultura não estão dispostos a colocar, por sua iniciativa, as informações relativas à aquisição de bens e serviços superiores a um milhão de patacas e à adjudicação de obras superiores a dez milhões de patacas nas suas páginas electrónicas a partir de 2017?

2) Quando é que estarão os serviços e organismos públicos das áreas da Administração e Função Pública, da Economia e Finanças, da Segurança e dos Assuntos Sociais e Cultura dispostos a colocar, por sua iniciativa, essas informações na sua página electrónica?

3) Para facilitar a fiscalização por parte do público e o acesso por parte das pequenas e médias empresas locais com capacidade para fornecer os bens, prestar os serviços ou executar as obras objectos de concessão ou



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

adjudicação, deve haver uma página electrónica formal exclusiva onde constam todas as informações, incluindo as necessidades e os resultados dos respectivos processos, sobre os bens e serviços superiores a um milhão de patacas e sobre as obras superiores a dez milhões de patacas de todos os serviços e organismos públicos que estejam dispostos a torna-las público. Vai o Governo fazer isto?

19 de Dezembro de 2016

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Ng Kuok Cheong